



REFERENCIAL DO PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL de ABRANTES

1

1. Contexto e objeto

Este referencial surge no âmbito do caderno de encargos definido pela Câmara Municipal de Abrantes referente ao *apoio à elaboração, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo municipal* e estabelece princípios, parâmetros e normas gerais que regulam a respetiva elaboração.

2. Princípios orientadores

Um documento como o PEM, que pretende referenciar, congregar e potenciar a ação educativa e formativa do município, tem de se nortear por princípios que criem e sustentem condições de exequibilidade de um projeto de ação onde as pessoas e as instituições se revejam. Neste quadro, os princípios orientadores e organizadores são os seguintes:

- i. *Princípio da Auscultação* – A escuta e o diálogo são instrumentos que ativam e impulsionam a participação, adaptam a teoria aos contextos, potenciam o conhecimento, fomentam o envolvimento pessoal e institucional e devem estar presentes em todas as fases do PEM (concepção, desenvolvimento e avaliação).
- ii. *Princípio da Implicação* – O PEM traduz a participação, implicação e co-responsabilização de pessoas e instituições na concretização das metas e estratégias previstas num projeto de cariz municipal e representa uma visão e uma dinâmica de envolvimento de muitas pessoas e instituições que operam no município e que ajudam a construir e a definir o sentido estratégico da ação educativa e formativa.
- iii. *Princípio de Integração/Articulação* – O PEM é um documento aglutinador das diferentes ações realizadas pelos diversos atores educativos e formativos do município. Apostando na articulação e na complementaridade, o PEM valoriza o

- que há de convergente e de distintivo em cada instituição e está continuamente receptivo ao esforço de inovação.
- iv. *Princípio da Valorização das Pessoas e das Instituições* – O PEM faz-se para as pessoas, acolhe as suas expectativas e necessidades, estimula as suas competências e fomenta as suas realizações. Nessa medida, fortalece e humaniza o trabalho desenvolvido pelas diferentes instituições, que também se valorizam com pessoas motivadas e disponíveis para novos desafios, e garante o princípio da equidade entre elas.
- v. *Princípio da Utilidade/Orientação para a Ação* – O PEM é um documento com informação relevante para os diferentes atores educativos e decisores políticos, constituindo simultaneamente uma bússola para os objectivos e metas a atingir e uma âncora para a mudança e para os caminhos e processos a reequacionar.
- vi. *Princípio da Avaliação/Consequência* – Tendo como finalidade a melhoria efetiva das práticas educativas e formativas do município, o PEM requer práticas de autoavaliação contínuas e exigentes e de uma constante monitorização dos resultados obtidos, confrontando-os com o diagnóstico e as expectativas inicialmente afirmadas. Deste modo se dá consequência ao trabalho realizado pelas diferentes pessoas e instituições e se consolidam os mecanismos de regulação e de avaliação contínua.
- vii. *Princípio do Comprometimento e da Sustentabilidade* – O PEM impulsiona o estabelecimento de compromissos e de parcerias entre os diferentes atores e instituições do território e implica uma contínua concretização de ações promotoras da melhoria do quadro educativo e formativo do município, mobilizando as melhores vontades de mudança e dando resposta às aspirações e preferências da comunidade.

3. Objetivos

Os principais objetivos do PEM são os seguintes:

- desenvolver uma cultura de pesquisa, reflexão e interação em Educação;
- desenvolver o papel de ator responsável e interveniente na comunidade educativa;

- detetar eventuais situações desajustadas ou problemáticas, tendo em vista a busca de soluções eficazes e inovadoras;
- fomentar a interdisciplinaridade, relacionando diferentes áreas e contextos educativos;
- desenvolver a capacidade de questionar e a criatividade;
- elaborar produtos úteis, necessários e aplicáveis;
- inovar e melhorar as práticas na área e contexto-alvo
- contribuir para o desenvolvimento e resolução de problemas, procurando dar resposta a um conjunto de questões-chave, a saber:
 - a) O PEM como dinâmica de afirmação de uma identidade
(O que nos singulariza, o que nos marca, o que nos distingue, o que nos unifica?)
 - b) O PEM como fator de desenvolvimento de um território
(O que nos potencia, o que pode promover e alavancar um desenvolvimento articulado e sustentado?)
 - c) O PEM como elemento catalisador e inspirador da ação
(O que nos mobiliza e anima, o que faz agir, em termos pessoais e institucionais?)
 - d) O PEM como vantagem percecionada
(Qual a mais valia, o que vem acrescentar aos projetos educativos já existentes?)
 - e) O PEM como instrumento de monitorização, regulação, avaliação formativa da ação
(O que pode regular e inspirar as ações das partes e do todo?)

4. Metodologia global

Por forma a dar resposta a estes imperativos, recorrer-se-á a uma metodologia de *investigação-ação*, que permita realizar um projeto de intervenção elaborado em função das necessidades do meio num esforço contínuo para ligar, relacionar e confrontar a ação e a reflexão. Pretende-se que a reflexão abra novas opções para a ação e que a ação permita reexaminar a reflexão que a orientou.

As dinâmicas de investigação-ação a desenvolver serão complementadas por uma lógica de formação-ação, que permita capacitar os agentes envolvidos na construção dos projetos educativos municipais *na* e *para* a ação.

O trabalho a realizar desenvolver-se-á a partir de uma fase inicial de diagnóstico que consiste na recolha e análise de informação sobre projetos educativos e projetos em educação existente no Município de Abrantes. Esta fase visa o (re)conhecimento do contexto municipal em matéria de educação, com vista à valorização e à integração das dinâmicas pré-existentes.

A partir da fase de diagnóstico o trabalho desenvolver-se-á, numa lógica de investigação-ação, numa espiral de ciclos de três fases: planeamento; acção; monitorização dos resultados da acção.

Atendendo à singularidade das instituições que desenvolvem ações educativas e formativas no município, quer em relação aos recursos existentes, quer ao trabalho já desenvolvido por cada uma das instituições nesta matéria, parece aconselhável apresentar duas propostas diferentes de estrutura do PEM, sendo uma considerada como versão base e outra como versão desenvolvida, sendo desejável que o município tenha esta última no seu horizonte temporal de médio prazo.

Estrutura do Projeto Educativo Municipal

Índice

I. Introdução

5

II. Caraterização geral do território educativo

2.1. Contexto social, económico e cultural

2.2. Rede escolar e oferta educativa/formativa

2.3. Estruturas de apoio, redes de parcerias e projetos socioeducativos existentes no Município

2.4. Sucesso educativo e análise Swot

III. Plano de ação

3.1. Linhas orientadoras do projeto educativo

3.2. Objetivos gerais e específicos do projeto

3.3. Estratégia metodológica

3.4. Plano de atividades (atividade, intervenientes, calendarização e outros recursos)

IV. Intervenção/execução

4.1. Desenvolvimento do projeto

4.2. Monitorização e controlo

V. Avaliação do projeto educativo

VI. Anexos

Estrutura do Projeto Educativo Municipal

Índice

I. Introdução

1. As competências dos Municípios na Educação
2. O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação entre projeto educativo municipal e projetos educativos de escolas/agrupamentos
3. Estratégia metodológica para a construção do projeto educativo municipal (auscultação, envolvimento e implicação dos atores educativos)

II. Contexto e diagnóstico

- 1. Caraterização social, económica e cultural do município** (IDS, economia, emprego, índices de escolarização, apoios sociais/ASE ...)
- 2. Rede escolar** (pública, privada e cooperativa) e **acessibilidades**
- 3. Oferta formativa** (pública, privada e cooperativa)
- 4. Estruturas locais/municipais de apoio, redes de parcerias** (instituições, departamentos, equipamentos, agentes, oportunidades...) e **projetos socioeducativos existentes no Município**
- 5. Sucesso educativo** (resultados académicos, abandono escolar, taxas de transição e de repetência, resultados da avaliação externa das escolas...)
- 6. Análise Swot** (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças)

III. Plano de ação

- 1. Linhas orientadoras do projeto educativo** (rede escolar, oferta formativa, valorização do capital humano, sucesso educativo (ao nível da instrução, socialização e estimulação), formação contínua, formação de adultos, prevenção do abandono escolar e da exclusão social, educação para a cidadania, educação para a saúde...)
- 2. Objetivos gerais e específicos do projeto educativo** (educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário, formação de adultos, formação contínua, outras atividades formativas, rede escolar, oferta formativa, projetos, metas a alcançar...)

3. Estratégias (criação de mecanismos de auscultação e de participação dos diferentes atores educativos, articulação do projeto educativo municipal com os projetos educativos das escolas/agrupamentos e com outros instrumentos de planeamento, articulação e cooperação entre as diferentes áreas departamentais e instituições municipais e intermunicipais, requalificação dos equipamentos, racionalização dos recursos, criação de plataformas e dispositivos de cooperação e de divulgação de projetos e de boas práticas, organização e racionalização da oferta educativa/formativa, criação de uma equipa de dinamização do projeto educativo municipal, divulgação do projeto, projetos e atividades educativas...)

4. Plano de atividades e calendarização (atividades, projetos, prazos, datas e etapas, metas lugar/instituição...)

5. Recursos (identificação e afetação de recursos humanos, financeiros, serviços/departamentos, equipamentos...)

IV. Intervenção/execução

1. Desenvolvimento do projeto (concretização de projetos e atividades, prossecução das etapas e metas fixadas ao nível de cada programa e serviço/departamento, nas diferentes áreas educativas/formativas)

2. Monitorização e controlo (observatório, ações de acompanhamento, criação de uma comissão de acompanhamento e pilotagem, relatórios intermédios, periodicidade, eventuais ajustamentos intermédios...)

V. Avaliação do projeto educativo (auto e heteroavaliação, avaliação dos processos e dos resultados, ampla participação dos atores envolvidos, momentos e periodicidade, elaboração e divulgação dos relatórios)

V. Glossário (nomes, conceitos, acrónimos...)

VI. Bibliografia

VII. Anexos (dados estatísticos, espaços socioeducativos, rede escolar, oferta formativa, fichas, questionários, mapas,...)